



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 16ª reunião, realizada em 26 de abril de 2018

1 Em 26 de abril de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Thiago Cavanelas
5 Gelape, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Túlio
6 Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Fernando Antônio
7 de Souza Costa, da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais
8 (SFA/MG) / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Enio
9 Resende de Souza, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do
10 Estado de Minas Gerais (Emater); Rosa Maria Medeiros, do Instituto Brasileiro
11 do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
12 Representantes da sociedade civil: Igor Lopes Braga, da Associação Mineira de
13 Silvicultura (AMS); Carlos Alberto Santos Oliveira e Guilherme da Silva Oliveira,
14 da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
15 Lucilene Aparecida da Silva, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
16 Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento
17 Verde de Paracatu (Mover); Emílio Elias Mouchrek Filho, do Conselho Regional
18 de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta.**
19 **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino
20 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente suplente Thiago Cavanelas
21 Gelape declarou aberta a 16ª reunião da Câmara de Atividades
22 Agrossilvipastoris e justificou a ausência do titular Henri Dubois Collet devido ao
23 acompanhamento da implantação do Sistema Nacional de Controle da Origem
24 dos Produtos Florestais (Sinaflor). **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS**
25 **E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Igor Lopes Braga: “No ano passado, foi
26 aprovada uma moção para revisão da Resolução 1905, que prevê as
27 possibilidades de supressão de vegetação nativa, inclusive, em sub-bosque de
28 eucalipto. Eu gostaria de saber em que pé está o andamento da alteração da
29 resolução e se vai ser criado Grupo de Trabalho, para que possamos participar.”
30 Presidente Thiago Cavanelas Gelape: “Eu vou procurar saber em que pé isso
31 está na SEMAD, no setor de normatização. Estão revendo muitas normas que
32 estão desatualizadas, mas eu acho que essa ainda não entrou na pauta. Mas
33 eu confirmo isso e trago na próxima reunião.” Conselheiro Igor Lopes Braga:
34 “Seria importante reforçar o pedido que nós fizemos de participar do Grupo de
35 Trabalho. Outro assunto que eu queria abordar é que, no início do ano, nós
36 fizemos uma solicitação para uma apresentação de um estudo sobre o consumo
37 de madeira em Minas Gerais. O estudo ainda não está pronto, não é um

38 produto fácil de se fazer, mas eu acho que, na próxima reunião, nós
39 conseguimos fazer uma apresentação. Por fim, eu gostaria de saber uma
40 questão. O Sinaflor vai ser colocado em operação acho que na semana que
41 vem. Eu queria saber também em que pé está essa questão da
42 operacionalização do Sinaflor, se vai ter algum tipo de transição, se tem alguma
43 notícia nova para passar a nós.” Presidente Thiago Cavanelas Gelape: “A
44 notícia que eu tenho é que o Henri ficou lá hoje por causa disso, ele está
45 trabalhando a semana inteira com o Edmar, nosso diretor de Monitoramento de
46 Geotecnologia, e com o Márcio, nosso diretor de Intervenção Florestal, para
47 viabilizar e colocar o sistema no ar. Já fizeram um treinamento. Como o sistema
48 é todo operacionalizado pelo Ibama (o servidor e toda a infraestrutura), eu
49 acredito que essa parte está ok, porque eles estão, inclusive, fazendo convênio
50 com outros Estados. Aqui é mais a parte de treinamento de pessoal, de
51 comunicação com o público. Eu acho que estão acabando de finalizar isso
52 agora. O sistema vai ser colocado no ar, e vão começar a ser lançados os
53 dados.” Elias Nascimento de Aquino/Supram Zona da Mata: “Como o Thiago
54 mencionou, já vem sendo promovido treinamento das equipes de análise do
55 interior. Isso foi feito neste mês para as equipes das Suprams e também do IEF
56 que vão trabalhar com os processos de regularização. Em abril, está tendo
57 treinamento do DOF. Em maio, será feito treinamento para as Suprams também
58 em relação ao uso do DOF. Já foi solicitado para as equipes do interior também
59 os usuários, para criação de perfil para o sistema Sinaflor. E foi informado no
60 treinamento, pelo pessoal do Ibama, que os processos que já estão
61 formalizados deverão ser finalizados. Então, essa seria a transição em relação
62 aos processos que já estão formalizados em outro sistema, continuarão sendo
63 analisados nesse sistema; e que os novos processos, a partir de 2 de maio, se
64 não me engano, seriam formalizados e analisados a partir da plataforma do
65 Sinaflor. Conselheiro Igor Lopes Braga: “Eu gostaria de saber se vai ter alguma
66 norma de transição.” Elias Nascimento de Aquino/Supram Zona da Mata: “Existe
67 também a necessidade de adequações. O sistema, tal como foi apresentado
68 para nós no treinamento, demonstra que não há uma exata compatibilidade na
69 normatização do procedimento e o uso do sistema. Então, ele deve vir com
70 algumas adequações, e, provavelmente, a regulamentação, inclusive, na
71 revisão da 1905, a informação que temos é que essa revisão não viria mais
72 através de uma nova resolução, que o procedimento seria estabelecido através
73 de decreto. Então, o pessoal da normatização do Sisema está trabalhando na
74 elaboração desse decreto para aprovação pela estrutura do governo do Estado.
75 A transição, efetivamente, como se trata apenas de uso de sistema, talvez se
76 limite mesmo a concluir os processos em análise fora do Sinaflor e, a partir da
77 implantação do Sinaflor, seguir os trâmites dentro do Sinaflor. Então, em
78 princípio, não caberia transição além dessa da conclusão dos processos que já
79 estão em trâmite.” Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “Senhor presidente,
80 o que eu queria colocar aqui é um assunto que já é pela segunda vez ou

81 terceira vez que eu coloco. A DN 217/2017 estabeleceu que, do dia 6 de maio
82 ao dia 6 de abril, aqueles que quisessem que seus processos já formalizados
83 continuassem sob a ótica da DN 74 teriam que se manifestar. Mas, na prática, é
84 mais do que isso, os que não estão na DN 74 também estão entrando. E o meu
85 protesto é no seguinte sentido. Nós temos recebido respostas mandando ler
86 'manual a, manual b, manual c, leia isso, leia aquilo, leia aquilo outro'. E no meio
87 da declaração vem um aspecto que eu diria lamentável: 'Sua solicitação foi
88 considerada inepta'. Senhor presidente, inepta, não sei de onde veio esse
89 termo, inepta significa sem aptidão, inadequada a qualquer função, inepto é
90 aquele a quem falta inteligência. Eu não estou dizendo que não deve revisar. Eu
91 tenho diversos aspectos, porque vivo esse problema também com meus
92 clientes. Mas o que está vindo mandando ler 'manual a, manual b, manual c
93 muitas vezes não resolve o problema, porque não houve uma preparação
94 devida antes de lançar a DN 74. Agora, o 'inepto', deveria ser 'inadequado' o
95 termo. 'Sua solicitação é inadequada' e não 'inepta'. 'Inepta' chega a ser um
96 insulto para o solicitador, não está correto isso, eu queria registrar em ata, não
97 só sob responsabilidade do Crea, mas sob minha responsabilidade particular. E
98 tem mais. Está tão torto que algumas Suprams, como é o caso da Zona da
99 Mata, resolveram colocar no finalzinho da resposta a razão pela qual não está
100 sendo aceita. A Supram do Dr. Elias está fazendo isso, não sei se outras estão.
101 Aliás, tem uma que está fazendo também, a do Alto São Francisco. O restante,
102 o que recebemos é aquela relação 'leia o manual tal, abra a aba não sei o quê,
103 faça isso e aquilo'. É muito cômodo falar assim, é muito cômodo fazer assim.
104 Agora, nós tentamos respeitar tudo aquilo que está sendo colocado, e o que
105 vem é ininteligível, é muito difícil de interpretar o que a SEMAD quer que nós
106 façamos. E o pior de tudo é ser chamado de inepto. Se o senhor pudesse
107 recomendar aos advogados que redigem isso para dizer 'sua proposta é
108 inadequada', seria muito mais educado e muito mais leve. Mas, 'inepta', eu não
109 preciso dizer o resto do que quer dizer inepto: ignorante, astuto, analfabeto,
110 destituído de qualquer coisa. Eu acredito que a DN 217 não foi feita para isso, e
111 o empreendedor e o solicitador não merecem ser tratado dessa forma. E eu,
112 mais uma vez, coloco aqui: qual é a verdadeira função da Câmara de Atividades
113 Agrossilvipastoris se tudo acaba em licenciamento ambiental? O próprio
114 COPAM reconhece isso. O que a Câmara de Atividades Agrossilvipastoris está
115 fazendo, realmente, no sentido do licenciamento ambiental? Eu estou falando
116 isso porque eu vivo isso, eu não ouvi dizer nem li, eu vivo isso com meus
117 clientes. E eu precisava de uma informação porque tem momentos, senhor
118 presidente, em que eu não consigo responder. Você é inepto, eu sou inepto?
119 Precisava que esse assunto fosse mais aprofundado." Elias Nascimento de
120 Aquino/Supram Zona da Mata: "Na verdade, conselheiro, são status
121 disponibilizados pelo sistema de cadastro de empreendimentos. Caso a
122 documentação não esteja adequadamente preenchida ou se deixou de informar
123 algum dado relevante, são status que são disponibilizados, dentre os quais, o

124 que considera inepta a documentação apresentada ou as informações
125 apresentadas. Embora o termo possa ter sentido abrangente, a ideia do sistema
126 é de que aquela documentação é, de fato, inapta para análise do processo.
127 Então, o 'inepto' é nesse sentido, não intuito de menosprezar, agredir ou
128 ofender empreendedor ou consultor. Com relação às orientações, o próprio
129 sistema disponibiliza, em uma aba específica, as orientações no preenchimento
130 do FCE eletrônico e também os manuais. O objetivo disso é viabilizar, para o
131 empreendedor e o consultor, uma fonte de informações, porque muitas vezes o
132 empreendedor não consegue, por contato telefônico, até por limitação
133 operacional das estruturas do Sisema. Então, nós não temos condições de
134 prestar esse atendimento mais personalizado. E até mesmo por e-mail. Existe o
135 canal para envio de dúvidas por e-mail, e nós procuramos responder dentro da
136 maior agilidade possível. Mas, de fato, colocar observação do que efetivamente
137 falhou auxilia para o empreendedor e o consultor. Então, é uma reivindicação, e
138 o Thiago eu imagino que vai repassar para os dirigentes essa observação. Caso
139 a Subsecretaria de Gestão Regional ache por bem informar, especificamente,
140 qual. Mas a ideia de informar os manuais é exatamente para que se difunda o
141 aprendizado e que também se desenvolva a cultura da leitura. Porque, muitas
142 vezes, para o empreendedor e o consultor, é muito mais fácil perguntar como se
143 preenche do que ler o manual e aprender a fazer ele mesmo. Então, a ideia é
144 de difundir o conhecimento. Caso haja dúvida, mesmo lendo o manual, é
145 possível que a dúvida persista. Nesse caso, o empreendedor pode entrar em
146 contato por e-mail ou tentar por telefone, muito embora seja mais difícil, e,
147 certamente, vai ser atendido.” Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “Eu
148 gostaria de dizer que essa providência de, lá no final, colocar um dos motivos
149 ou o principal ocorreu 50 dias após o dia 6 de março. Nesses 50 dias, os
150 solicitantes, que, na verdade, nem são os empreendedores, somos nós,
151 consultores, só tomamos lenhada. Esse é o termo certo, você coloca, e vem a
152 mesma resposta padronizada. Você abre o manual, lê o manual, interpreta,
153 porque, afinal de contas, para fazer aquilo, é preciso ser especialista – e o
154 senhor está falando com um que trabalha com aquilo –, e não se consegue
155 atender, via de regra. A Supram do senhor foi muito feliz quando abriu dessa
156 forma, porque resolveu na segunda chamada que eu pedi. Na primeira, veio
157 igualzinho. Então, foi bom o senhor ter esclarecido disso. E, por favor, se puder
158 dar uma sugestão, se puder ser adotada no Estado, tirem o termo 'inepta' e
159 coloquem 'inadequada'. Inepta é ofensivo demais.” Presidente Thiago
160 Cavanelas Gelape: “Eu já anotei, e vamos passar em diligência. Quanto ao
161 Sinaflor, nós entramos em contato com o Edmar, nosso diretor de
162 Monitoramento e Geotecnologia, e ele se dispôs a fazer uma apresentação
163 sobre esse status na próxima CAP. Já estaremos com o sistema no ar, e ele
164 traz como está sendo colocado, como seria essa transição e como o sistema
165 está se comportando nesses dias iniciais de funcionamento. Nos colocaremos
166 na próxima pauta.” Conselheiro Enio Resende de Souza: “O Dr. Emílio pediu a

167 manifestação da Câmara a respeito dessa questão que ele colocou, e eu não
168 gostaria de me omitir nessa questão. Eu concordo com as palavras dele, eu
169 acho que esse termo 'inepto' está extremamente inadequado. Então, reforço
170 aqui, como conselheiro desta Câmara, que a SEMAD e todo o sistema
171 deveriam, realmente, ouvir a opinião de um conselheiro da CAP, mas,
172 especialmente, alguém que é militante nessa área de licenciamento há muitos
173 anos, que é o caso do Dr. Emílio." Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:
174 "Eu não estou querendo defender ninguém nem é meu papel, mas eu queria
175 incentivar o Dr. Emílio Mouchrek a não ficar tão sentido com 'inepto', porque
176 esse é um termo jurídico e, quando eu faço um pedido para o juiz, tem lá no
177 Código de Processo Civil – e, evidentemente, não é para desrespeitar ninguém
178 – que o documento que eu mandei é 'inepto', que não vai servir para nada. É
179 nesse contexto. Mas eu não estou fazendo aqui a defesa do sistema. Quanto a
180 retirar a palavra e não retirar, eu não ficaria tão triste com o 'inepto'."
181 Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira: "A respeito da DN 217, tem havido
182 alguma dificuldade de interpretação, e alguns problemas têm surgido,
183 principalmente, a respeito do código de suinocultura. Com a mudança da DN.
184 Antes tinha três sistemas de produção – unidade de produção de leitão, ciclo
185 completo e crescimento e terminação – e alguns eram matrizes e o outro era o
186 número de cabeças. Para ciclo completo e unidade de produção de leitão, era
187 número de matrizes, e crescimento e terminação, número de cabeças. Como
188 juntaram todos em um único código, passou a ser número de cabeças. Houve
189 fiscalização em algumas granjas, e os técnicos das Suprams estão contando os
190 leitões que estão em amamentação como cabeça. E nós achamos que isso não
191 é uma contagem adequada. O leitão em amamentação está junto com a porca.
192 Então, esses leitões têm que ser desconsiderados da contagem, e contar os
193 leitões a partir do momento em que eles vão para a creche, que é quando é
194 feito o desmame, e ele vai para a creche. Aí, ele passa a ter o arraçoamento,
195 que vai gerar o resíduo. Até então, quando ele está com a porca, o resíduo que
196 ele gera é dado para a porca, porque ele só recebe o leite. Então, nessa
197 questão, é fazer não sei se uma nota técnica para a Supram ou uma resolução
198 falando que o leitão em amamentação, dentro da maternidade, não deve ser
199 considerado como unidade de cabeça para contagem da DN." Leonardo Gomes
200 Borges/Supram Zona da Mata: "Como o senhor mesmo disse, antes, eram
201 distintos os códigos de unidade de produção de leitão, ciclo completo,
202 crescimento e terminação. Se o raciocínio de que o leitão não deve ser contado
203 porque não gera resíduo enquanto em fase de amamentação, por que, então,
204 na DN 74, existiu um código específico para unidade de produção de leitão?"
205 Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira: "Mas o código era matriz, a unidade
206 era matriz, não era por cabeça." Leonardo Gomes Borges/Supram Zona da
207 Mata: "Porque na contagem de unidade de produção de leitões levava-se em
208 consideração também, ele gera efluente, ele defeca, ele urina, e tem que ter um
209 sistema de controle para ele também." Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira:

210 “É porque todo resíduo gerado, o efluente dele é contado pela alimentação da
211 porca. O alimento dele é, exclusivamente, o leite. Isso, tecnicamente, em lugar
212 nenhum é considerado. Então, eu vou pedir ao Carlos Alberto que sugira um
213 Grupo de Trabalho na CAP. Eu acho que não é necessário, eu acho que é o
214 entendimento técnico. Você pode conversar com qualquer zootecnista da área,
215 qualquer veterinária, qualquer agrônomo da área, o entendimento de matriz em
216 amamentação é uma cabeça. Em qualquer livro que você pegar vai estar assim.
217 Então, é um entendimento, eu acho que é uma coisa simples de se resolver, e
218 não tem que ficar com esse ego. Mas qualquer questão eu sugiro ao Carlos
219 Alberto, pela Faemg, que se crie um Grupo de Trabalho para essa discussão, e
220 nós chamamos especialistas da área.” Leonardo Gomes Borges/Supram Zona
221 da Mata: “Na verdade, não é nem questão de ego. Eu sou zootecnista formado
222 na Universidade Federal de Viçosa, estudei área de índices zootécnicos
223 também e estou debatendo, não estou em embate, estou no debate. Eu acho
224 que o interessante é o debate, imposição é muito pior.” Conselheiro Guilherme
225 da Silva Oliveira: “Então, por isso que eu estou sugerindo que o Carlos Alberto
226 sugira o Grupo de Trabalho para ter esse debate. Isso é uma coisa que vimos
227 discutindo, nós já discutimos dentro da Assemg, dentro da Assuvap, e a
228 conclusão é a mesma.” Presidente Thiago Cavanelas Gelape: “Nós vamos levar
229 à apreciação da SEMAD. Se for o caso, fazemos um Grupo de Trabalho. Se for
230 o caso, fazemos uma instrução de serviço, nova orientativa ou alguma coisa
231 nesse sentido.” **4) EXAME DA ATA DA 15ª REUNIÃO.** Aprovada por
232 unanimidade a ata da 15ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris,
233 realizada em 22 de março de 2018. A Presidência registrou votos favoráveis das
234 seguintes representações: Emater, Ibama, Mover, Crea, Faemg, AMS, Segov e
235 MAPA. Registrada abstenção da Fetaemg. **5) STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO**
236 **DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) EM MINAS GERAIS.**
237 **Apresentação:** IEF. Mariana Lobato Megale de Souza Lima/IEF e Thiago
238 Cavanelas Gelape/IEF fizeram apresentação destacando os pontos principais
239 relacionados à migração do Cadastro Ambiental Rural para a plataforma
240 nacional. Em seguida, foram esclarecidos pontos destacados pelos
241 conselheiros. Foram registradas ainda as seguintes contribuições dos
242 conselheiros. O conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa comentou sobre
243 o Projeto ABC Cerrado. “Só como informação, nós já temos o Projeto ABC
244 Cerrado, um trabalho que já tem quatro anos, e estamos na fase de conclusão,
245 relativo a emissão de carbono. Nós atuamos em 100 municípios do Cerrado
246 mineiro, estamos na fase final de avaliação econômica dos projetos que foram
247 implantados em 400 propriedades da região do Cerrado de Minas.” O
248 conselheiro Enio Resende de Souza destacou a importância do Grupo de
249 Trabalho proposto pelo IEF para que os órgãos e entidades possam contribuir
250 na consolidação dos Sistemas Agroflorestais, assim como aconteceu na
251 implantação do CAR em Minas Gerais, e se colocou à disposição para
252 participar. O conselheiro Antônio Eustáquio Vieira recomendou que o Estado,

253 antes de implementar qualquer ação com relação a viveiros de mudas, realize
254 um diagnóstico dos plantios em cada regional, do que foi produzido nos últimos
255 20 anos, o que foi plantado e quais foram os resultados obtidos. Registrou ainda
256 a seguinte sugestão: “Se pegarem recursos para produzir mudas, para viveiros,
257 se pegarem esse recurso e transformarem em proteção de nascentes, veredas
258 e APPs através de cercamento, vocês conseguem proteger cem vezes mais
259 área, e isso dá resultado imediato.” O conselheiro destacou também que o
260 desmatamento no Estado “continua em maior proporção do que se está
261 propondo de recuperação” e registrou a necessidade de manutenção da flora e
262 da fauna existentes e de realização de um trabalho de conscientização com
263 relação a incêndios florestais. O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira
264 registrou sugestão para que a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
265 Abastecimento seja incluída na composição do Grupo de Trabalho relativo aos
266 Sistemas Agroflorestais (SAF). Quanto ao trabalho de recuperação ambiental, o
267 conselheiro fez a seguinte ponderação: “A tendência é apontar o produtor rural
268 como agente de toda degradação que existe neste país. E não é bem isso.
269 Nessa discussão, temos que ter esse cuidado.” **6) PROJETO DE PROTEÇÃO
270 DE NASCENTES E VEREDAS ATRAVÉS DE CERCAMENTO REALIZADO NO
271 MUNICÍPIO DE PARACATU. Apresentação: Movimento Verde de Paracatu
272 (Mover).** Antônio Eustáquio Vieira, representante do Movimento Verde de
273 Paracatu, fez apresentação do projeto desenvolvido pela entidade para proteção
274 de nascentes e veredas, através de cercamento, realizado no município de
275 Paracatu. Em seguida, prestou informações solicitadas pelos conselheiros para
276 melhor conhecimento das ações desenvolvidas. **7) INTERVENÇÃO PARA
277 RECUPERAÇÃO DE NASCENTES, CARACTERIZANDO-A COMO
278 OPERAÇÃO DE BAIXO IMPACTO, VISANDO À RACIONALIZAÇÃO DE
279 PROCEDIMENTOS PARA EXPEDIÇÃO DE ATOS AUTORIZATIVOS.**
280 **Apresentação: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
281 Gerais (Faemg).** Guilherme da Silva Oliveira fez apresentação de proposta da
282 Faemg relativa a intervenção para recuperação de nascentes, caracterizando-a
283 como operação de baixo impacto, visando à racionalização de procedimentos
284 para expedição de atos autorizativos. **Síntese dos debates.** O conselheiro
285 Carlos Alberto Santos Oliveira ressaltou que o objetivo da Faemg é que esta
286 Câmara seja o instrumento dentro do Sisema para levar a proposta à SEMAD.
287 “Esse procedimento de recuperação de nascentes, que tem caráter
288 multiplicador, precisa de ato autorizativo desburocratizado, que seja
289 considerado de baixo impacto e tenha o credenciamento mais expedito e mais
290 simplificado.” O presidente Thiago Cavanelas Gelape informou que está em
291 tramitação na SEMAD minuta de decreto relativo a procedimentos simplificados
292 para programas de fomento e que os conselheiros serão convidados a participar
293 das discussões para apresentar suas contribuições. O conselheiro Enio
294 Resende de Souza pontuou que a palavra ‘intervenção’ era vista apenas

295 negativamente e destacou a importância de cercamento de nascentes, aceiros,
296 entre outras ações. “Existem inúmeras intervenções que são positivas. Não
297 podemos rotular intervenção como negativa. Muita coisa foi mudada na lei
298 mineira e hoje são autorizadas intervenções de baixo impacto no Código
299 Florestal. Eu acho que a Faemg está correta em trazer para a CAP, para que
300 possamos apoiar essa ação de facilitar esses mecanismos de análise do
301 processo. Da parte da Emater e da Seapa, vemos com muito bons olhos esse
302 trabalho.” O conselheiro sugeriu ainda a adoção da expressão ‘implantação de
303 estruturas’ em vez de ‘construção’ e que seja explicitado “desde que não haja
304 supressão de vegetação nativa”, conforme destacado na apresentação da
305 Faemg. O conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa destacou a
306 necessidade de políticas para incentivar o desentupimento de olhos d’água e
307 nascentes. “Independente de abastecimento para casas, aquelas nascentes vão
308 ajudar todo o curso, a biota e o ecossistema local, vão ajudar toda a sociedade
309 e o setor produtivo agropecuário. Nesse sentido, eu gostaria de registrar que o
310 Ministério da Agricultura está disposto a conversar com as autoridades do
311 Estado de Minas Gerais para viabilizar uma solução para isso. Porque estamos
312 vivendo uma situação de produção de água muito problemática. E gostaria de
313 propor uma declaração e até uma anotação de responsabilidade técnica, que
314 poderia ser uma solução prática para viabilizar esse trabalho,
315 independentemente de autorizações muito burocráticas ou estudos de impactos
316 para coisas que são necessárias e pequenas. Estamos falando de proteção e
317 não de degradação. O Ministério da Agricultura tem interesse nisso devido à
318 preocupação com o setor produtivo agropecuário.” O conselheiro Guilherme da
319 Silva Oliveira afirmou que a Faemg está disposta a elaborar uma cartilha sobre
320 o programa, para que não haja dúvida em relação às ações, e propôs a
321 participação da Emater, do Crea e de demais entidades e órgãos para contribuir
322 em um processo de elaboração conjuntamente.” Conselheiro Emílio Elias
323 Mouchrek Filho: “Eu quero dizer que, antes de ambiental, é um trabalho técnico,
324 que envolve conhecimento técnico, por menor que seja a área. Então, vai haver
325 necessidade de projeto e anotação de responsabilidade técnica, antes de se
326 chegar à questão ambiental. Então, eu vou solicitar que envolva o Crea e a
327 Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos.” O conselheiro Antônio
328 Eustáquio Vieira comentou sobre a importância de treinamento para realização
329 de intervenções. “Primeiro, precisam ser treinados os gestores públicos,
330 principalmente, os prefeitos.” Destacou ainda a destruição de nascentes
331 provocadas por atuação inadequada na construção e manutenção de estradas
332 rurais e se colocou à disposição para ajudar o Estado com a experiência do
333 Mover nessa área. “Eu acho que o Estado tem que procurar pessoas que
334 sabem e querem ajudar.” O conselheiro sugeriu também que a Faemg possa
335 “convencer os produtores que têm medidas compensatórias em suas
336 propriedades para, em vez de fazer plantio de 5 mil ou 10 mil árvores, mudarem
337 para cercamento de APP”, com o objetivo de contribuir para a produção de

338 água. “É preciso fazer os produtores entrarem nisso. A distância de área de
339 cercamento é outra preocupação que se deve ter para proteção da água. A
340 importância de se manter para a distância adequada.” O conselheiro considerou
341 ainda que, no caso de estradas rurais, deveria haver pelo menos a exigência de
342 ART visando coibir a degradação feita por intervenções inadequadas. “Esse tipo
343 de programa tem que ter o compromisso do poder público, de quem está
344 degradando, principalmente, em relação ao gestor público. Temos que criar
345 normas não só para nascentes, mas para estradas rurais e construção de
346 barraginhas, porque existe técnica, mas não tem norma.” **Moção aprovada pela**
347 **CAP**. A Câmara de Atividades Agrossilvipastoris aprovou, por unanimidade,
348 moção nos seguintes termos: “Moção CAP nº 001/2018 - Os conselheiros da
349 Câmara de Atividades Agrossilvipastoris (CAP), do Conselho Estadual de
350 Política Ambiental (COPAM), em sua 16ª reunião, ordinária, realizada em 26 de
351 abril de 2018, às 9h, no município de Belo Horizonte, Minas Gerais, com fulcro
352 no artigo 18 do Decreto 46.953, de 23 fevereiro de 2016, e no artigo 5º, inciso
353 IV, da Deliberação Normativa COPAM nº 177, de 22 de agosto de 2012,
354 aprovaram moção com o seguinte teor: ‘Solicitar a racionalização dos
355 procedimentos para expedição de atos autorizativos relativos a baixo impacto
356 ambiental, interesse social e utilidade pública em áreas de nascentes nas ações
357 de proteção e recuperação de nascentes’. Belo Horizonte, 26 de abril de 2018.”
358 A Presidência registrou votos favoráveis das seguintes representações: Emater,
359 Ibama, Mover, Crea, Faemg, Fetaemg, AMS e MAPA. Registradas ausências da
360 Segov, Seapa e Seda. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
361 **LICENÇA DA OPERAÇÃO CORRETIVA. 8.1) Afrânio Brettas Leite. Fazenda**
362 **Bom Jardim. Suinocultura (ciclo completo), criação de ovinos, caprinos e**
363 **bovinos de corte (extensivo), formulação de rações balanceadas e de**
364 **alimentos preparados para animais e serralheria. Teixeiras/MG. PA**
365 **90100/2000/003/2016. Classe 5. Apresentação: Supram Zona da Mata.**
366 Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. A
367 Presidência registrou votos favoráveis das seguintes representações: Emater,
368 Ibama, Crea, Faemg, Fetaemg, AMS, MAPA e Mover. Registradas ausências da
369 Seda, Segov e Seapa. **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
370 **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) ArcelorMittal BioFlorestas**
371 **Ltda. Silvicultura, produção de carvão vegetal, oriundo de floresta**
372 **plantada, extração de areia e cascalho para utilização imediata na**
373 **construção civil. Carbonita, Diamantina e Senador Modestino**
374 **Gonçalves/MG. PA 02923/2005/003/2011. Classe 5. Apresentação: Supram**
375 **Jequitinhonha.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer
376 Único, com as seguintes alterações de condicionantes. Aprovada alteração nos
377 prazos das condicionantes nºs 2 e 7 do Parecer Único: Condicionante nº 2: “Até
378 90 (noventa) dias após a publicação da decisão da CAP”; Condicionante nº 7:
379 “Até 360 (trezentos e sessenta) dias após a publicação da concessão da

380 licença”. Aprovada nova redação para a condicionante nº 13: “Considerando a
381 importância de se manter a vegetação preservada nas áreas de borda de
382 chapada, o empreendedor deverá apresentar à Supram Jequitinhonha o
383 levantamento planialtimétrico de seus plantios comerciais adjacentes às bordas
384 de chapada (principalmente nas áreas limítrofes aos talhões), indicando a
385 distância entre os limites dos talhões e a borda das chapadas (rompimento
386 abrupto do relevo). Prazo: 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da concessão
387 da licença”. Registrada ainda a seguinte retificação na conclusão do Parecer
388 Único: onde consta que o processo deverá ser apreciado pela URC, lê-se
389 “Câmara de Atividades Agrossilvipastoris (CAP)”. A Presidência registrou votos
390 favoráveis das seguintes representações: Emater, Mover, Crea, Faemg,
391 Fetaemg, AMS e MAPA. Registradas abstenção do Ibama e ausências da Seda,
392 Segov e Seapa. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem
393 tratados, o presidente Thiago Cavanelas Gelape agradeceu a presença de
394 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Henri Dubois Collet
Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF e
Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris - CAP